



Revista Eletrônica de Filosofia  
*Philosophy Eletronic Journal*  
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 14, nº. 1, janeiro-junho, 2017, p.154-157  
DOI: 10.23925/1809-8428.2017v14i1p154-157

## **SEM IDEIAS CLARAS E DISTINTAS**

SILVA FILHO, Waldomiro José. Salvador: EDUFBA, 2013. 127p.

### **Alexandre Ziani de Borba**

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria.

Doutorando direto em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

[azdeborba@gmail.com](mailto:azdeborba@gmail.com)

\* \* \*

*Sem Ideias Claras e Distintas* é uma obra para ser lida por todo aquele que estiver interessado no debate filosófico relativo ao autoconhecimento. Uma das maiores virtudes desta obra, escrita por Waldomiro José da Silva Filho, doutor e professor de Filosofia pela UFBA, é a clareza com que o autor expõe as teses, os conceitos e os argumentos centrais no debate a respeito do autoconhecimento, o que faz com que seja uma obra extremamente acessível a quem está recém ingressando no assunto. Outra virtude da obra, e que também nos ajuda a compreender o debate, é o fato de o autor contextualizar as teses a respeito do tema, indo de Donald Davidson a Richard Moran, passando por Brie Gertler, Quassim Cassam, Tyler Burge e outros.

Antes de continuarmos, façamos uma observação importante: apesar de chamar-se “Sem Ideias Claras e Distintas”, em referência a René Descartes, a obra raramente faz referência ao seu próprio título, o que significa que o título da obra não representa a integridade do texto. É claro, todavia, que o objetivo do livro é mostrar que há a possibilidade de termos autoconhecimento sem que tenhamos ideias claras e distintas sobre o conteúdo dos nossos próprios estados mentais. Ademais, outro objetivo de Waldomiro é mostrar que não ter ideias claras e distintas sobre o conteúdo dos nossos próprios estados mentais não implica numa caracterização de nós mesmos como seres irracionais. Como dito pelo autor logo no prefácio (p. 11), “[O] objeto deste livro é a ideia de que o conhecimento que uma pessoa tem (ou deveria ter) dos seus próprios estados mentais intencionais, como crenças e pensamentos, é um requisito indispensável para lhe atribuímos racionalidade.” Como não há espaço para, em uma resenha, discutir todos os pontos relevantes do livro referentes a este tema, resolvi tratar especificamente do segundo capítulo da obra, no qual o conceito de vida comum percorre a discussão com um

ponto claramente metodológico, embora o conceito, ele próprio, não seja reconhecido como um termo de arte. A presente resenha enfocará neste ponto. Antes, porém, façamos um apanhado geral da obra.

No primeiro capítulo, Waldomiro aborda o problema do autoconhecimento, passando pelo ceticismo quanto ao autoconhecimento e de como este problema emerge no debate contemporâneo, apresentando conceitos importantes para a discussão. Além disso, ele apresenta também a tese externista acerca do conteúdo dos nossos estados mentais, segundo a qual a individualização e correta descrição dos nossos estados mentais intencionais depende, de uma maneira constitutiva, do amplo entorno físico e social no qual estamos inseridos. Disto emerge, como bem apresenta Waldomiro, o problema do autoconhecimento, que desafia a compatibilidade entre a tese externista e o fato aparentemente inegável de que temos acesso privilegiado ao conteúdo dos nossos estados mentais.

No segundo capítulo, o autor trabalha com a noção de ‘vida comum’, extraída de suas leituras do filósofo Donald Davidson, bem como de filósofos brasileiros, tais como Oswaldo Porchat e Plínio Smith. A estratégia argumentativa de Waldomiro passa pela ideia de que para entendermos melhor a questão, é preciso estar atento às nossas experiências mais ordinárias, isto é, à nossa vida comum. Olhando para as práticas comuns de nossa vida ordinária, tais como a comunicação, o diálogo e a fala, Waldomiro sugere que a atenção para esta dimensão de nossas vidas poderá lançar luz ao problema do autoconhecimento. Ele articula o conceito de vida comum ao lado da ideia davidsoniana de triangulação que, se bem entendo, é a ideia segundo a qual a condição de possibilidade da objetividade é o fato de nossos estados mentais estarem “conectados ao mundo através de uma estrutura tripartite, que abrange o sujeito que crê e fala, o intérprete e o mundo.” (p. 58)

O terceiro capítulo da obra é todo ele dedicado ao tema do entendimento e, mais especificamente, à tese de que nós não temos um domínio completo dos conceitos, termos e noções que usamos no cotidiano. Ou seja, nosso entendimento é quase sempre (quicá sempre!) incompleto – trata-se, como sugerido ao longo da obra, não de um defeito, mas de “uma condição” (p. 86). No entanto, a ideia de um entendimento incompleto que, à primeira vista, pode parecer plausível, sofre objeções cuja força Waldomiro se propõe a reconstruir, avaliar e debater.

O quarto capítulo da obra se propõe a debater a noção de ‘transparência’ no debate contemporâneo sobre autoconhecimento, que remonta a filósofos como Gareth Evans e Richard Moran. Central no debate do quarto capítulo é a noção introduzida por Moran de uma ‘condição de transparência’. Críticas são consideradas e debatidas.

A presente resenha pretende focar no segundo capítulo da obra, no qual se trabalha com o conceito de vida comum com um propósito claramente metodológico, embora não seja apresentada nenhuma definição para o termo. Minha avaliação crítica, portanto, dirá respeito às vantagens metodológicas de se adotar tal perspectiva para resolver um problema filosófico, uma vez que os contornos deste conceito-chave não estão claramente definidos. Ao uso metodológico do conceito de vida comum dou o nome de *perspectiva da vida comum*, uma metodologia filosófica cuja ideia central pode ser expressa numa frase mencionada pelo próprio Waldomiro, segundo a qual: “o ponto de partida para a filosofia, e para o qual a filosofia deve fazer justiça, é o nosso envolvimento ordinário, cotidiano com o mundo” (MALPAS, 2005, p. 51 apud SILVA FILHO, 2013, p. 60). Esta frase pode

sugerir a ideia de que *todos* os problemas filosóficos devem ser solucionados (ou dissolvidos?) à luz de nosso envolvimento ordinário com o mundo. Chamemos esta variedade metodológica de perspectiva *robusta* da vida comum. Mas poderíamos pensar, também, que a perspectiva da vida comum admite uma variedade mais moderada. A perspectiva *moderada* da vida comum poderia ser formulada nos seguintes termos: pelo menos alguns problemas filosóficos devem ser solucionados (ou, talvez, dissolvidos) à luz de nosso envolvimento ordinário com o mundo. De fato, diversas reivindicações metodológicas na filosofia contemporânea têm adaptado esta ideia em campos específicos de pesquisa filosófica<sup>1</sup>. Entretanto, por questões de espaço, não entrarei, aqui, em detalhes.

O ponto crítico desta resenha reside na crítica à possibilidade de um uso opaco do conceito de vida comum, uma vez que seus contornos não são claramente definidos. Este fato poderia servir de base para a alegação de que o método avançado pela perspectiva da vida comum não satisfaz condições de transparência<sup>2</sup>, no sentido de não ser transparente e rigorosamente replicável por diferentes pessoas, em diferentes lugares e diferentes momentos históricos, e que, por conseguinte, não se trata de um método apropriado à filosofia. O argumento poderia ser assim construído:

**P1.** Se um método filosófico é apropriado, então ele satisfaz condições de transparência.

**P2.** A perspectiva da vida comum não satisfaz condições de transparência.

Logo,

**C1.** A perspectiva da vida comum não é um método filosófico apropriado (*modus tollens*, **P1**, **P2**).

Embora eu não descarte de antemão a possibilidade de **P1** ser abandonada, acredito que estaríamos fazendo uma melhor contribuição à perspectiva da vida comum se apresentássemos razões para rejeitar **P2**. A estratégia, aqui, será apresentar uma análise conceitual de ‘vida comum’. Para tal, é preciso atentar aos aspectos característicos de nosso envolvimento ordinário com o mundo.

Estou inclinado, aqui, a elencar três elementos. Em primeiro lugar, nosso envolvimento ordinário com o mundo caracteriza-se por uma “orientação pragmática”, i.e., é uma espécie de envolvimento com o mundo *orientado à resolução de problemas práticos*. Assim, por exemplo, nos direcionamos a algum líquido (água, p.ex.) que aparentemente vá saciar nossa sede (solução) quando estamos com sede (problema).

---

<sup>1</sup> Cf. *The Metaphysics of Everyday Life* (2007), de Lynne Baker; *Everyday Aesthetics* (2007), de Katya Mandoki; *Everyday Aesthetics* (2008), de Yuriko Saito; *Achieving Knowledge* (2010), de John Greco; *Zoopolis* (2011), de Sue Donaldson e Will Kymlica; *The Significance of Religious Experience* (2012), de Howard Wettstein; *Staying Alive* (2014), de Marya Schechtman; *Citizenship and the Pursuit of the Worthy Life* (2014), de David Thunder; e *Epistemic Evaluation* (2015), organizada por David Henderson e John Greco.

<sup>2</sup> Não confundir com ‘condição de transparência’ no sentido tal como usado por Richard Moran e discutido no quarto capítulo da obra, aqui resenhada, de Waldomiro.

Em segundo lugar, *estar orientado à resolução de problemas práticos* exige ferramentas (os meios) para que os problemas sejam solucionados (o fim). Por exemplo, se estou com sede (problema) e a água pode saciá-la (solução), eu terei de usar ferramentas artefatuais (copo, torneira etc.) para obter a solução do meu problema. Nosso envolvimento ordinário com o mundo é caracterizado pela *familiaridade* que possuímos com as ferramentas que fazemos uso para a solução de nossos problemas práticos. Em outras palavras, nosso envolvimento ordinário com o mundo se caracteriza por uma resolução de problemas práticos levada a cabo por meio de ferramentas com as quais estamos familiarizados. Quero sugerir, aqui, que estas ferramentas podem ser não só artefatuais, mas também conceituais e sociais (leis, redes sociais etc.).

O terceiro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção é o fato de que a familiaridade com que estamos conectados às ferramentas que fazemos uso na resolução de nossos problemas práticos se deve graças ao *ambiente físico e social em que estamos inseridos*. Este terceiro elemento é fundamental para o reconhecimento de que diferentes ambientes físicos e sociais podem produzir diferentes *estilos* de vida comum. Por exemplo, a vida comum de uma pessoa na cidade de São Paulo não é o mesmo *estilo* de vida comum de uma pessoa que vive na Floresta Amazônica, embora eles sejam constituídos pelos mesmos três elementos aqui mencionados. Assim, uma caracterização pelo menos inicial de *vida comum* é tal como se segue:

**(VC)** S vive uma vida comum se, e somente se, S envolve-se com o mundo de uma maneira ordinária; i.e., S orienta-se no mundo de maneira pragmática através de ferramentas familiares ao seu ambiente físico e social.

O fato de as pessoas não compartilharem o mesmo estilo de vida comum poderia sugerir um argumento que, ao invés de rejeitar, favorece **P2**, que diz que o método avançado pela perspectiva da vida comum não é transparente e rigorosamente replicável por diferentes pessoas, em diferentes lugares e momentos históricos. No entanto, estou inclinado a dizer que, uma vez que a presente caracterização de ‘vida comum’ oferece os contornos em que este conceito pode ser usado de maneira apropriada, estamos, pelo contrário, em posição para rejeitar **P2**.

Resta, contudo, uma discussão mais aprofundada acerca das características gerais da metodologia avançada pela perspectiva da vida comum. Por exemplo, tal método admite o privilégio de uma perspectiva pessoal, temporal ou local específica, ou ela é neutra com respeito a tudo isto? Trata-se de um método *a priori*, *a posteriori* ou um meio-termo entre ambos? Pretende um ponto de partida ideal ou tem início “no meio das coisas”? Tal discussão não poderá ser aqui empreendida, dado o espaço de que disponho. Não obstante, trata-se de um debate crucial para o esclarecimento das vantagens relativas do método avançado pela perspectiva da vida comum, se alguma houver.